SOBRE FRONTEIRA E LIBERDADE - REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DOS ESCRAVOS GAÚCHOS NA GUERRA DO PARAGUAI (1864/1870)[1]

Paulo Roberto Staudt Moreira

"*A força irresistível de uma revolução é sua promessa de paraíso.* Na teoria, a revolução se propõe destruir a sociedade em que os desejos não se realizam e substituí-la por outra em que os desejos se cumprirão...".

Manuel Scorza. *A Dança Imóvel*.
Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

"Você se nega a aplicar minha receita", disse Sherlock Holmes, balançando a cabeça. "Quantas vezes já lhe disse que *quando já se eliminou o impossível, aquilo que resta, por mais improvável que pareça, deve ser a verdade*".

Arthur Conan Doyle. *O Signo dos Quatro*.
Rio de Janeiro, Arte Nova, 1976.

INTRODUÇÃO

A fronteira é um item sempre presente quando se discute a identidade gaúcha. Traço que nos diferencia enquanto região e confere homogeneidade interna, ela seria um dos pontos centrais de nosso sentimento de pertencimento a um mesmo grupo.

A naturalização deste tipo de discurso, entretanto, obscurece o fato de que fronteira não é apenas um local definido geograficamente, mas um elemento de diferenciação envolvido numa luta de representações. Segundo Bourdieu, as representações do real, ou melhor, a luta entre classificações, deve ser incluída no real; o que seriam então fronteiras naturais, são na verdade atos sociais, políticos e mágicos, traçando diferenças e campos de poder e autoridade. As fronteiras

---

Paulo Roberto Staudt Moreira é Doutorando do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS e Historiógrafo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ras são em grande parte, "produtos de uma imposição arbitrária":

> *A fronteira, este produto de um ato jurídico de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida [...] O discurso regionalista é um discurso performativo, que visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, e fazer conhecer e reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante e desconhecida enquanto tal (portanto, reconhecida e legítima) que a ignora.*[2]

Durante um bom tempo, associou-se a fronteira ao banditismo, ao contrabando, à contravenção. Zona indeterminada entre vários Estados limítrofes, as representações construídas sobre ela acabaram por determinar certas características peculiares, notadamente pejorativas - era a terra dos *gauchos* - elementos incontroláveis, ligados à *barbárie* e inimigos da *civilização*.

Na visita pastoral de D. Caetano Coutinho ao Continente de São Pedro, em 1815, no seu trajeto de Cachoeira a Caçapava, pôde o prelado observar os tipos sociais típicos da fronteira:

> *No mais, por aqui há que andam muitos gauchos, sinônimo de gatunos, enxames de vadios, indecentes, e pobremente vestidos, escória de ambas as Nações, sem pertencerem a nenhuma delas, e que carecem de severa polícia.*[3]

Segundo Daysi Albeche, foi com o romance *Os Farrapos*, de Oliveira Belo (1877), que o gaúcho apareceu "pela primeira vez na literatura como símbolo rio-grandense, igualado ao núcleo simbólico do Bom Campeiro e do Monarca das Coxilhas"[4].

Nas práticas sociais concretas, entretanto, persistia o significado pejorativo dado ao termo. No amanhecer do dia 6 de agosto de 1880, foi assaltado o jornal semanal - *Quarahy* - na cidade do mesmo nome. O delegado de Polícia Maximiano Narciso de Souza informou ao Chefe de Polícia da Província que, segundo depoimento dos empregados do periódico e mesmo de seu redator, os assaltantes podiam ser assim descritos:

> *...um grupo de indivíduos falando castelhano, montados e que bem se podem considerar gauchos, como chamam os desordeiros nesta fronteira.*[5]

Numa região de conflitos internacionais latentes, não só potenciais, mas freqüentes, a insegurança de um segmento social - os proprietários - abria espaço para a esperança de outro - os cativos. Assim, a Guerra do Paraguai será tratada como um "caso-limite", entre um imaginário construído por décadas de fronteira aberta, e um conflito que potencializa as utopias que descreviam a fronteira como terra de liberdade, dando bases concretas para a realização de projetos de alteração social.

> *O vazio de poder é um fenômeno ambíguo. Deixa livre o caminho de forças que permaneciam comprimidas enquanto a autoridade era sólida. Abre um período de permissividade, desemboca na esperança, na liberdade, na permissão e na festa...*[6]

Talvez muitas destas tentativas insurrecionais não tenham passado de tentativas de manter as tropas nos locais de origem ou de simples rumores. Seja com fundamento ou espalhados com a consciência da reação (medo) que tais acontecimentos potenciais engendravam, estes rumores sobre a movimentação dos cativos mostram ligação com temores "subterrâneos", mas sempre presentes e sentidos cotidianamente.[7]

Em momentos descritos por Bronislaw Baczko como conflitos sociais graves (guerras, revoluções), torna-se impossível desconsiderar o imaginário dos agentes sociais - suas esperanças e utopias.

> *Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?*[8]

A idéia de fronteira estava ligada a um projeto alternativo de busca da liberdade, de trajetória e consecução difícil, mas não impossível. Não se tratava de uma quimera, uma fantasia, pois se baseava numa tradição construída por tentativas bem-sucedidas.

> *É este sonho que alimenta a busca do paraíso, o qual nem sempre é obrigatoriamente imaginado como situando-se num além puramente espiritual.*[9]

A fronteira, idéia permeada de referências históricas, já que base

da ocupação territorial do sul do País, era lida - representada - de várias maneiras pelos diferentes atores sociais.

> *...estas 'quimeras' encontram partidários e são acolhidas por estes como* imagens-guia para a sua ação, *enquanto outros as consideram um perigo social.*[10]

O trabalho constará da exposição e análise de alguns "casos" encontrados, através dos quais procuraremos complexificar a questão da fronteira, mostrando como ela era representada de diversas formas, em uma sociedade multifacetada em variadas experiências sociais, projetos e utopias.

PRELIMINARES

A marcha das tropas, com a Guerra do Paraguai, trouxe para a província do Rio Grande do Sul uma certa instabilidade. Com a atenção voltada para os inimigos externos, aumentou o receio com a insubmissão dos inimigos domésticos, principalmente desertores e escravos.

Área inicialmente disputada aos espanhóis pela Coroa Portuguesa, e posteriormente ponta de lança do expancionismo Imperial no Prata, a província sulina caracterizou-se pela instalação de um forte aparato militar. Possuindo um alto grau de militarização, e com seu setor econômico mais dinâmico (as charqueadas) alicerçado sobre o braço escravo, não é de admirar que as autoridades tivessem historicamente de tratar da insubmissão (muitas vezes conjunta) de cativos em fuga e de desertores (ainda mais levando em consideração o recrutamento compulsório levado a efeito no Brasil Colônia e Império).

Ao que parece, a luta conjunta desses dois setores sociais representou uma importante tradição de resistência das classes subalternas sulinas. Desertores, unidos a escravos fugidos, fortaleceram a resistência dos mesmos, pois levavam na sua baixa algum armamento (espadas reiúnas e pistolas) e, talvez, uma certa experiência militar. Procurando guarida em lugares ermos, acabaram associando-se em desordens e quilombos, sendo caçados por capitães de mato.[11]

No dia 14 de fevereiro de 1866, por exemplo, o subdelegado de polícia de São Francisco de Paula informava ao chefe de Polícia que, na falta de forças policiais, teve de mobilizar os próprios moradores da região para vigiar a ameaça de assalto àquela vila, que seria levado a efeito por negros

fugidos, desertores e guardas nacionais que se recusavam a marchar. Em 3 de Junho de 1868, o agente intérprete da colonização informou ao Presidente da Província a pouca segurança individual em que viviam os moradores da proximidade do Paredão, na Picada Velha (colônia de Santa Cruz), ameaçados por desertores, escravos fugidos e criminosos abrigados na serra próxima. O desertor Claudino de Santana (do vapor de guerra que estava estacionado em Tramandaí) foi capturado pelo Capitão de Mato João Correia, nos subúrbios da capital, na casa de João Barcelos, "onde tinha ido visitar uns conhecidos, escravos do mesmo Barcelos". [12]

Aproveitando o redirecionamento do aparato repressivo em direção aos inimigos externos, não raras vezes ao longo do conflito com o Paraguai, os cativos ameaçaram rebelar-se.

O subdelegado de Mostardas, em ofício de 3 de fevereiro de 1865, comunicava as medidas tomadas em vista dos boatos de uma insurreição de escravos.[13] No mesmo ano, o subdelegado de Camaquã informava que a tentativa insurrecional que se divulgou naquele distrito não havia passado "de uma simples lembrança de um imprudente, não sei para que fim". O fato de não passar de boato não tirava a gravidade do problema, pois, em ofício de 22 de janeiro, a mesma autoridade alertava que atuava ainda no "espírito público" local o pânico provocado pela denúncia de um levante premeditado para 24 de dezembro último. Os fazendeiros mostravam-se apreensivos por ter marchado para a fronteira o 6° Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, pois:

> *Muitos dos mesmos fazendeiros possuem grande número de escravos, e marchando seus capatazes ou administradores ou peões, não sabem de que meio hão de lançar mão para prevenir um atentado daqueles.*[14]

Segundo a autoridade policial acima, alguns escravos foram presos, e por requisição de seus senhores e povo, "moderadamente castigados por fatos anteriores", sem que nada fosse descoberto. Muitos fazendeiros locais possuíam plantéis de vinte, trinta, quarenta e até sessenta cativos, o que tornava recomendável, segundo o subdelegado de Polícia, isentar seus capatazes do recrutamento militar. Isso abre a possibilidade do alarme falso ter sido inventado (ou instrumentalizado) pelos proprietários, pressionados pela falta de mão-de-obra ocasionada pelo conflito com o Paraguai.

O certo é que, mesmo que não tenham passado de tentativas, as manifestações das massas escravas estavam gravadas no imaginário das

autoridade e proprietários, "construído a partir do medo ou da insegurança suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potenciais".[15]

A Guerra do Paraguai somou ao medo da insurreição escrava o receio de que a mesma fosse incentivada por elementos estrangeiros. Em março de 1865, o Subdelegado de Bagé comunicava a formação de uma polícia local de dez praças, a fim de evitar os intentos de sublevação da escravatura por parte dos "bárbaros assassinos do governo de Montevidéu".[16] Em ofício reservado de 2 de fevereiro de 1865, o delegado de Polícia de Jaguarão informou da invasão do território por 1.500 homens liderados pelo general Basílio Muñoz, os quais, além de vários estragos, levaram os escravos que encontraram "à força para o meio deles, com o prometimento de serem libertados, conseguindo dessa maneira levarem alguns". Em ofício de 7 de fevereiro, a mesma autoridade comunicava que:

> *Do 2° distrito da freguesia de Arroio Grande, me foram remetidos 8 escravos, sendo ali presos como suspeitos e coniventes na insurreição da escravatura que devia ter lugar na ocasião em que fosse invadida nossa fronteira pelas forças de Montevidéu. Pelo depoimento do preto Florêncio, escravo de Marcos José da Porciúncula, que parece ser o que se encarregou de falar aos escravos, e declara que foi convidado para isso pelo oriental José Benito Varela que, muitos dias antes da invasão, o convidara para que passasse para o lado oriental, dizendo que seria esse o meio de gozar a liberdade. Me parece que algum plano estava combinado e por qualquer circunstância, por ora desconhecida, abortou! Continuo as mais severas indagações, a ver se posso descobrir os agentes de semelhante conspiração, porque tenho notícias de alguns escravos moradores nesta cidade, como cúmplices nesse atentado e contra eles estou procedendo às indagações.*[17]

Também o subdelegado do 5° distrito de Cruz Alta comunicou em 4 de julho de 1865, a formação de uma polícia local de cinqüenta homens, precavendo-se contra uma possível invasão, que poderia ser aproveitada pelos escravos, "como já se propala"[18]. Para prevenir uma sedição de escravos na freguesia do Erval, seguiu, em 1867, para Jaguarão, o vapor de guerra *Apa*; a revolta seria "dirigida por pessoa incógnita que, segundo as indagações que foram tomadas, pretendiam arregimentá-los com o fim de passarem para o Estado Oriental"[19]. Através de correspondência reservada ao chefe de Polícia, o delegado de São Gabriel comunicou o envio do correntino Pedro Montiel, que constava estar aliciando escra-

vos em Rosário, para passarem a fronteira e unir-se aos Blancos.[20]

A fronteira sempre foi uma área carregada de simbolismos. Ainda no século 19, ela pode ser considerada uma das mais importantes alternativas da resistência escrava. Em 1738 já temos notícia de uma fuga na recém-fundada Rio Grande. Podemos dizer que no imaginário do escravo gaúcho, encontravam-se ligadas as idéias de fronteira - liberdade.

> *No sul, desde a Colônia, os escravos tinham um destino ainda mais seguro: as terras de além-fronteira. Os negros escravizados que alcançassem as regiões castelhanas eram recebidos como homens livres. Tratados contrários a este princípio foram assinados mas não executados. No Uruguai, em Entre-Rios, etc., o ex-cativo podia empregar-se como assalariado. Esta singularidade gaúcha possivelmente diminui a incidência e a importância de outras formas de resistência.*[21]

A fronteira, entretanto, apesar de existir como alternativa, era uma possibilidade difícil de ser atingida. Várias outras formas estratégicas de resistência do cativo existiram simultaneamente, sendo colocadas em ação conforme as circunstâncias e as possibilidades de êxito.

Apoiar as fugas dos cativos do país vizinho era uma forma de desestabilizar os países concorrentes, e uma política muito usada em praticamente toda a América.

> *...os franceses incitavam freqüentemente os escravos dos ingleses, que incitavam os escravos dos espanhóis, que, por sua vez, incitavam os escravos dos franceses. Os escravos necessitavam de pouca incitação, mas gostavam de saber que tinham aliados poderosos, quaisquer que fossem os motivos.*[22]

A sedução à fuga dos escravos e a devolução ou não dos cativos fugidos pelos países fronteiriços tinham um sentido de barganha política, dependente da conjuntura internacional. A política de não devolver os escravos fugitivos como resposta a alguma agressão sofrida pode ser encontrada em Félix de Azara, que percorreu a fronteira entre 1781 e 1801.

> *Vemos claramente que os lusitanos desprezam os tratados, que usurpam nossas terras, e que abrigam todos os ladrões com uma imprudência incrível. À vista disso, exige o direito de represália que não devolvamos os seus escravos fugidos. Assim o dispôs S. M. em*

consulta de seu Conselho, declarando: que ainda que os tratados estipulem a restituição de escravos, não se devia nem podia fazê-lo; porque a fuga era um meio lícito de conseguir a liberdade, fundado no direito natural, contra o qual não pode valer nenhuma convenção humana. Mas se tem representado repetidas vezes, sustentando a devolução por nossa parte, convertendo-nos em ativos agentes de nossos inimigos naturais, até que este ano veio através do ministério, sem notícia do Conselho, a revogação daquela utilíssima disposição. Não se refletiu aqui sobre a conduta portuguesa, nem sobre o direito natural que fica violado, nem sobre o grande interesse de estado que perdemos fomentando o dos inimigos.[23]

A proteção também era dada visando à obtenção de elementos aptos para as tropas militares. Genovese aponta que na década de 1730, durante a inimizade entre Espanha e Inglaterra, os escravos tiveram boas oportunidades na Carolina do Sul: "Os espanhóis convidaram-nos para ir à Flórida, garantindo-lhes a liberdade. Presumiam, com razão, que guerreiros negros autoemancipados constituiriam um formidável exército de fronteira".[24]

No seu registro de 24 de junho de 1821, Saint-Hilaire apontava que era "*voz geral*" que os mais valentes soldados de Artigas eram os negros fugidos. O viajante julgava isso "*natural*", já que

...eles se batem por sua liberdade. Além disso o negro é mais bravo do que o índio porque possui melhor noção do dia de amanhã, donde sua coragem de tudo sacrificar em busca de um futuro melhor.[25]

Uma das especificidades de nossa formação social foi a convivência com países fronteiriços rivais que efetuaram seu processo de abolição antes do nosso. Enfrentando sérias lutas internas, ao mesmo tempo que ocorria o processo de disciplinarização da mão-de-obra, a Argentina do tempo de Rosas carecia de elementos aptos para pegar em armas.

Se sabe muy bien en Brasil que si un esclavo logra alcanzar el territorio de la Confederación, es libre. Aquí, Rosas ha sido el libertador de los africanos, y si hay en el país una clase que lo mira con afecto es la constituida por las razas de color, a las que invariablemente ha favorecido.[26]

Na "terra de Rosas", os fugitivos iam engrossar as classes mais baixas da população, incluindo os níveis hierárquicos inferiores das forças

armadas, tanto oficiais como particulares (as montoneras). Segundo Lynch, os negros e mulatos compunham a "mala raza de la sociedad colonial"; em 1810, em Buenos Aires, cerca de 27% da população era composta de negros e mulatos, na maioria escravos.[27] Em 1813, no mesmo ano em que se proibia o tráfico de escravos e se decretava a lei do ventre livre - quando os libertos tiveram de trabalhar de graça até os 15 anos e mais 5 recebendo 1 peso por mês -, foi criado o primeiro batalhão de libertos:

> *Com isso, já se delineia a principal ocupação dos libertos e a razão principal para a diminuição da população negra e de escravos na província, ou seja: o serviço nas tropas militares.*[28]

Em 12 de setembro de 1826, um decreto do governo Dorrego determinava recompensa aos corsários por escravo introduzido, trazido do Brasil. Garantia "right of patrinage over captives taken, except for onetenth of the total who must be ceded to the government for militare service".[29] Em 1843 encontravam-se apenas trezentos escravos da Província de Buenos Aires, com a população negra reduzida a apenas 14% da população total.

Rosas fazia-se querido da população pobre urbana e rural, através de eficientes procedimentos: participava de suas festas, aceitava seus presentes e os retribuía. Sua esposa, Dona Encarnación, "agente del rosismo", "heroina de la federación":

> *...protegió a los ementos populares y morenos, invitando a las negras para brindarles sus favores y dispidiéndolas como protegidas. Su patio era como un club para el pueblo. Mas que politización, esta era una forma primitiva y personalista de manipulacion politita. Y no existia organizacion alguna; Rosas, su mujer y unos pocos amigos, manejaban todos los hilos.*[30]

Rosas, com a sua política de cooptação das massas populares, conseguia intimidar seus adversários com a ira das classes baixas. É ilustrativa a descrição feita do carnaval em Buenos Aires; nele, a "plebe rosista", composta em grande parte de elementos negros, aterrorizava as classes cultas.

> *La Licencia y la impunidad, usada durante esos tres mortales dias se hacian sentir sobre las clases cultas con crueldad y permitia ejercer todas sus pequenas venganzas.*[31]

Segundo o autor acima, Buenos Aires possuía, em 1821, mais de vinte mil negros, agrupados em "inumerables sociedades, cada una con su nombre bárbaro, sus habitos y reyes, según los usos e jararquias que probabelmente traian desde sus tierras africanas".[32] Nos domingos e dias de festa, os negros, reunidos em colônias livres ao redor da cidade, "ejecutaban sus bailes salvajes", levando o pânico às famílias cultas do centro".

> *La salvaje algazara que se levantaba de aquel extraño concurso atronando al aire, la oíamos - dice un testigo à quién copiamos - como un rumos siniestro desde las calles del centro, semejante as de una aterradora invasión de tribus africanas enloquecidas por el olor de la sangre.*[33]

Rosas e sua filha freqüentavam essas festas, aceitavam as honras dadas. Porém, assustado pelo "indomable populacho", acabou proibindo o carnaval para sempre por razões de "moralidade, saúde e indústria".[34]

Os obstáculos colocados pelas autoridades uruguaias e argentinas na busca de escravos fugidos da Província e mesmo o fato de muitos destes cativos, ao passarem a fronteira, buscarem as autoridades locais mostra que era possível obter a liberdade através deste trajeto.

Cumprindo determinações do Presidente da Província, o delegado de Rio Grande, Manuel Joaquim da Silva Medeiros, listou os escravos do Taim e Povo Novo que estavam fugidos no Estado Oriental em 1850: eram 57 escravos pertencentes a 36 senhores. Destes, confirmando a hipótese de que os fugitivos poderiam contar com a cumplicidade das autoridades orientais e argentinas com a sua transformação em soldados, apenas uma mulher estava incluída: a benguela Felizarda que empreendeu uma fuga, provavelmente, com o crioulo Antônio, ambos do mesmo senhor. As fugas parecem ter relativa possibilidade de sucesso, com o Congo Pedro mantendo seu status de fugido há 9 meses e Joaquim Monjolo há 10 anos.[35]

Em 20 de dezembro do ano anterior, o subdelegado Florêncio José Cosme dos Reis já havia listado 12 senhores que tinham perdido, no mesmo caminho dos cativos acima, 30 escravos. Novamente a predominância masculina, constando apenas a preta benguela Maria como exceção feminina. Na maioria dos casos "julgava-se" que haviam atravessado a fronteira, mas em alguns as informações são mais precisas: - o preto benguela Jacinto, fugido em 16/1/1846 e visto na praça de Montevidéu; - o pardo de São Tomé Domingos, que constava estar como soldado em Montevidéu; - o angola Mateus, o benguela Antônio e o cabinda Bras, os quais "existi-

am" no Departamento de Serro Largo; - o preto de Cabo Verde Manuel, que havia sentado praça na força do corpo de Ignácio Oribes e constava estar no "povo de Durasno"; - o pardo Alexandre de Pelotas, fugido em 1847, que foi visto em Taquarembó como praça de polícia.[36]

A criação da Província Cisplatina e o estabelecimento de inúmeros proprietários do Império brasileiro no território do Estado Oriental fizeram com que as experiências de vida de muitos cativos fossem compostas de épocas passadas em "território castelhano", fazendo com que estes indivíduos trouxessem em sua formação elementos culturais de ambos os lados da fronteira. O anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais locais explicitam estas características: o escravo Francisco, desaparecido em 1848, falava bem o espanhol; um escravo mulato muito conversador, que caminhava ligeiro porém com "passos curtos", falava o castelhano e supunha-se que procurasse o "caminho para a fronteira"; João Barbosa, crioulo de 26 anos com os dentes "arreganhados para fora", que abandonou seu senhor em Alegrete no ano de 1857, também falava castelhano.[37]

Os Relatórios e Mensagens dos Presidentes da Província, freqüentemente, apontam as causas que tornam o estado da segurança individual e de propriedade pouco "lisonjeiro": a deficiente força policial, a decadência do espírito religioso, a falta de instrução e educação moral e "a vizinhança do Estado Oriental, para onde com facilidade se transportam os criminosos, escapando assim a ação da justiça. " [38]

PORTO ALEGRE - 1868

A comemoração do Divino Espírito Santo, ou simplesmente Festa do Divino, era a mais popular entre as festas de Porto Alegre no século 19.[39] Grande concentração de povo de todas as classes, tomava a praça D. Pedro II ou do Palácio - atual Deodoro da Fonseca ou da Matriz -, com danças, brinquedos, queima de fogos e bancas de comidas diversas.

Tão tradicional era esta festa, e com uma importância tamanha em termos de sociabilidade urbana e comemoração coletiva, que mesmo a Guerra do Paraguai não interrompeu a sua organização. Aliás, talvez a persistência das autoridades e povo na sua continuidade, demonstre o quanto a capital ganhava com o conflito internacional que, longe de seu território, trazia consideráveis lucros com os preparativos militares, materializados no crescimento das atividades do Arsenal de Guerra e de outras fábricas médias e pequenas. [40]

Nos últimos dias de maio de 1868, os habituais cuidados das auto-

ridades em evitar brigas entre praças da polícia e soldados do Exército - freqüentes nestas festas [41] - e controlar os bêbados habituais ou ocasionais passaram à margem de um perigo sempre eminente nos períodos colonial e imperial brasileiro - a revolta da escravaria.

Alguns dias depois da festa, na terça-feira dia 9 de junho, Gabriel Francisco de Oliveira apresentou-se na Delegacia de Polícia da capital, trazendo consigo o seu escravo Antônio Maria, o qual tinha algumas "revelações" a fazer. Oliveira era morador na estrada do Mato Grosso - atual Bento Gonçalves -, distrito de Belém, e Antônio era preto, solteiro, nascido nesta Província, com 30 anos e de profissão campeiro. O cativo contou ao chefe de Polícia Belarmino Peregrino da Gama e Mello que fora contatado pelo cativo Dioniso, do negociante Francisco Ferreira Porto,[42] para uma *insurreição* na noite do Espírito Santo, para a qual já estava "muita gente pronta e o necessário armamento".[43]

Receando participar de uma empreitada que não parecia fadada ao êxito, Antônio Maria optou por denunciá-la ao seu senhor. Com promessas de gratificação, o chefe de Polícia ordenou ao cativo que voltasse a encontrar Dioniso e "procurasse entrar no segredo do plano", descobrindo qual o esconderijo do anunciado armamento.

Na quarta-feira, Antônio Maria voltou à presença de Belarmino deixando-o desanimado, pois nada havia descoberto de novidade, sendo novamente mandado espionar seus companheiros revoltosos. Antônio Maria, ao que parece, assustou-se com a possibilidade de ser apontado como denunciante, pois, segundo o chefe de Polícia, "retirando-se o escravo, não me apareceu mais, deixando-me ver neste seu procedimento o receio, talvez, de ser descoberto". Era, certamente, o medo da "cidade solidária", na qual a população negra, cativa ou liberta, poderia tomar a *justiça* em suas próprias mãos, vingando-se do companheiro traidor. As próprias autoridades tomaram todas as medidas para que tudo fosse apurado em segredo, sendo o nome do escravo denunciante evitado mesmo no ofício do chefe de Polícia ao Presidente da Província, sendo apenas entregue em correspondência à parte, diretamente em mãos.

Não conseguindo informações por espionagem, a polícia tratou de seguir as vias habituais de investigação, e o delegado de Polícia Cláudio José Monteiro foi incumbido de prender o pardo Dioniso, o qual foi interrogado "minuciosamente". Não precisamos muita imaginação para perceber o que significava numa sociedade escravista um interrogatório *minucioso* de um cativo! As técnicas de tortura em nosso país sempre foram por demais sofisticadas, e não demorou para que a confissão fosse

conseguida. Foram apontados como "cabeças", dois escravos do mesmo Francisco Ferreira Porto: Teodoro e Patrício.

A festa do Espírito Santo transcorreu normalmente naquele ano, pois a aglomeração de povo foi considerada um obstáculo pelos insurretos. Patrício calculou que a invasão da Praça do Palácio na noite da festividade poderia causar "muitas desgraças desnecessárias [...] como mortes de mulheres e crianças, pois teria de reinar grande confusão...". Assim, o levante foi adiado para a festa de São João, em 24 de junho.

A escolha de um dia de festa para a revolta fazia parte das tradições relacionadas com as sedições de cativos. Em função da aglomeração de povo, ocorria uma momentânea confusão dos aparatos encarregados pelo controle social, e a reunião de cativos, com a justificativa da festa, corria menos risco de ser percebida.

Já nas vésperas do Natal de 1864, era "dada como certa" uma insurreição de escravos durante os festejos na Capela do Menino Deus. Esta primeira Igreja, inaugurada no Natal de 1853, era palco de grandes festejos religiosos anuais, oriundos de crenças populares vindas dos açores. [44] O delegado Luiz Afonso de Azambuja, a bem "da boa ordem e tranqüilidade pública", requisitou da Guarda Nacional 20 praças de cavalaria para "coadjuvarem o serviço da polícia", e 20 espadas e talins [45] do Arsenal de Guerra, para armá-los. Os boatos do levante chegaram ao domínio público, e um grupo de teuto-brasileiros ofereceu-se "para correrem ao lugar do perigo"; após os agradecimentos pela iniciativa, a autoridade policial mandou que, "em caso positivo", deveriam "reunir-se no Quartel da Polícia". Dizia o ofício:

> *Os abaixo assinados, tendo conhecimento de que V. Exa. tem tomado providências acerca dos boatos de uma próxima insurreição de escravos, e tendo em consideração as faltas de tropas que possam garantir a vida e propriedades dos cidadãos e suas famílias, os abaixo assinados reunidos com seus companheiros, em número de 60, têm resolvido oferecerem seus serviços na ocasião de perigo, dignando-se V. Exa. providenciar o lugar de reunião e fornecimento de armamento e cartuchame.*[46]

Na sedição planejada em 1868, verifica-se que o dia de festa também seria utilizado para mobilizar cativos que não eram de inteira confiança dos chefes, os quais seriam convidados "simplesmente para um baile". A "reunião" foi marcada para a chácara do Capitão Manuel Joaquim, morador no Caminho do Meio - atual Av. Protásio Alves -, onde um es-

cravo do mesmo já teria providenciado "doze dúzias de cabos de lança para neles encravar-se facas e quaisquer outros instrumentos de forma a servirem de lança".

Estes lanceiros sairiam em quatro divisões, sendo que três delas visavam à obtenção de armamento mais consistente e que atacariam, respectivamente, o Quartel da Guarda Nacional, o Laboratório Pirotécnico - onde conseguiriam dois rodízios[47] -, e o Arsenal de Guerra. A quarta divisão, "iria à cadeia soltar os presos que por certo auxiliariam a insurreição como retribuição da liberdade que obtinham".

Mas afinal, qual realmente teria sido o plano dos insurgentes? Certamente que eles não se envolveriam em tamanha empreitada, se não tivessem uma - mesmo que remota - esperança de obterem a liberdade. Não possuindo dados suficientes, seguiremos as pistas dadas pela esparsa documentação, sem receio de acrescentar mais uma representação/interpretação do que ocorreu, carregada de "talvez" e "quem sabe".

Não nos escapa a possibilidade de que esta sedição não tenha passado de uma "fantasia" de alguns escravos, ou mesmo delírio das autoridades. Entretanto, a atenção que as autoridades policiais máximas da províncias lhe deram merece atenção não só pela dose de medo que trouxe, mas pelo fato de alguns escravos terem pensado em um projeto como esse, pode nos revelar aspectos interessantes da mentalidade destes agentes.

Primeiramente, devemos salientar que a tentativa insurrecional de 1868 unia dois medos fundamentais no imaginário das elites - a escravaria e os estrangeiros. Pensar em uma ação conjunta destes dois atores sociais era um pesadelo constante.

Como já salientamos, uma das divisões dos insurretos iria atacar o Arsenal de Guerra para conseguir armamento. Entretanto, esse não era o único objetivo do ataque a esta importante fábrica de equipamento bélico.

Os choques entre os Exércitos brasileiro e paraguaio, gerou um considerável número de mortos e de prisioneiros de guerra. Estes prisioneiros foram retirados do palco do conflito internacional, sendo que alguns estavam em Porto Alegre trabalhando no Arsenal de Guerra, envolvidos no reforço do potencial do Exército brasileiro. Os paraguaios Gabino Flores, Floríbio Palácios, Julião Flores e Miguel Cácere já haviam sido contatados pelos escravos.

Procurando escapar da culpa, Gabino depôs reconhecendo que Patrício lhe falara de um "barulho semelhante", mas pensou que ele estivesse ébrio. Os prisioneiros paraguaios, ao que parece, tinham uma mobilidade considerável no espaço urbano, se considerarmos que ocorria um conflito internacional de razoáveis dimensões. Gabino, apesar de

não ter dado importância ao convite de Patrício, "por prevenção comunicou a seus patrícios e disse-lhes que era conveniente dormirem no quartel na noite do Espírito Santo, para evitarem qualquer coisa que se pudesse dar". Um dos elementos que apontam para a participação efetiva dos paraguaios eram as informações que os cativos possuíam sobre as instituições que pretendiam atacar, quanto ao armamento e ao número de pessoas que nelas encontrariam. O Chefe de Polícia Belarmino, apesar de nada ter encontrado que confirmasse a cumplicidade dos prisioneiros paraguaios, considerou-os de "má vontade" e recomendou que fossem retirados da Capital.

Segundo o ofício do Chefe de Polícia, "o movimento tinha por fim obterem os escravos a sua liberdade, a qual viriam dando vivas ao entrar na cidade." Por mais improvável que pareça o êxito deste plano, devemos considerar que três elementos - unidos estrategicamente - devem ter sido pensados pelos envolvidos, como fatores que poderiam levá-los à vitória: a Guerra do Paraguai, o dia de festa e a participação dos prisioneiros estrangeiros. A inclusão destes últimos deve ter partido da constatação de que um plano que os considerasse aliados multiplicaria o pânico - fundamental no momento do levante, possibilitando uma fuga rápida -, e talvez os auxilia-se no caso da remota possibilidade de atravessarem a fronteira. Ou quem sabe a idéia - vinda dos cativos ou dos paraguaios - não era iniciar uma sublevação interna da escravaria para tentar mudar o próprio rumo da guerra.

Os rumores da tentativa insurrecional vazaram e chegaram às ruas, gerando receios e estimulando vinganças. O chefe de Polícia Belarmino enviou um ofício ao Comando Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo informando que o Guarda Nacional Manuel Polidoro havia altercado, na fábrica de erva-mate do espanhol D. Pedro, com o preto Rafael, escravo do major João Tomas de Andrade Lobo. Segundo os trabalhadores que presenciaram a briga, Polidoro não tinha qualquer razão para iniciar o conflito, chegando mesmo a espancar o cativo. Após, sabendo da sensibilidade das autoridades com a ameaça de insurreição,

> *...veio a esta repartição denunciá-lo como entrado num plano de insurreição ultimamente descoberto, pelo que foi preso a minha ordem. Tendo incumbido ao Dr. Delegado de Polícia desta Capital de sindicar deste fato, foi ele aquela fábrica e soube quanto acima fica expendido, verificando que só por despeito e desfaço, fez o dito G. N. tal denúncia.*[48]

O chefe de Polícia levou ao conhecimento do comando o "reprovado procedimento" deste Guarda Nacional, pedindo que fosse castigado por ter "iludido a autoridade, denunciando-lhe falsamente e com má fé aquele escravo."

Patrício, o pardo Dionísio e Teodoro foram presos e castigados, sendo devolvidos aos seus senhores.[49] Não conseguimos maiores informações a respeito dos mesmos, sendo de supor que fossem punidos com o corte de suas relações afetivas - de amizade ou familiares -, sendo vendidos para outra Província.

O plano de Antônio Maria - o escravo delator - parece ter dado certo. Apesar de ter entregado seus parceiros e - o que nos parece provável - ter tornado sua permanência na capital impossível, Antônio conseguiu obter a liberdade. Inicialmente, as autoridades acenaram com a possibilidade de pagar ao seu senhor a quantia requerida - 1:400$000 - e depois fazê-lo assentar praça nas forças armadas (afinal, o denunciante não levou ao extremo seu papel de dedo-duro, relutando assustado em espionar com mais detalhes), mas Gabriel Francisco de Oliveira negou-se:

> *porque neste caso não o venderia, porque também para semelhante fim não queria o mesmo escravo ser liberto.*[50]

Em tempos de conflito internacional, o capital não estava disponível com tanta facilidade. Assim, somente em 21 de outubro daquele ano o Ministério da Fazenda Imperial liberou a quantia para a alforria, sendo sua carta de liberdade registrada cinco dias depois. Neste documento omitia-se o real motivo da concessão, apenas trazendo no texto uma vaga referência como "remuneração aos bons serviços".[51]

TAQUARI - 1864

No final do mês de novembro de 1864, o delegado de Polícia de Taquari pediu auxílio às autoridades provinciais, participando o descobrimento de uma insurreição de escravos naquele termo. Os líderes logo foram identificados e sua incômoda presença no município foi resolvida com a remessa "dos cinco principais cabeças" para a capital.[52]

No período do levante, o município de Taquari era dividido em dois distritos, com 30 quarteirões e 1.177 fogos, sendo sua população total de 9.932 habitantes, dividida em 6.995 livres (70,4 %), 236 libertos (2,37 %) e 2.701 escravos (27,2 %).[53]

Além da prisão e envio dos líderes para fora do município, o chefe de Polícia ainda enviou para o foco do possível conflito "força, armamento e munições necessárias". Alguns dias depois, o delegado informou que a insurreição descoberta na mesma vila "não estava tão adiantada como se supunha", e por esta razão achava-se "desvanecido o pânico de que se possuíram as famílias e habitantes daquele termo",[54] pedindo apenas "algumas algemas e machos". Em 29 de novembro, com as investigações terminadas, o Presidente da Província oficiou ao Ministro da Justiça informando os acontecimentos e as providências tomadas.

Desta vez o trabalho do historiador foi facilitado pela certeza dos contemporâneos do levante na sua realidade. Indiscutivelmente, as autoridades da época acreditaram nos preparativos da insurreição - confirmada por inúmeros depoimentos de cativos -, pois um processo crime foi instaurado.[55] Seis cativos foram indiciados como réus:

Joaquim - escravo de Antônio José de Oliveira, filho da preta Maria, 20 e tantos anos, solteiro, lavrador, brasileiro, nasceu em Taquari, onde residia desde que nasceu, não sabia ler nem escrever, morava na costa do Arroio dos Pinheiros há 17 anos, irmão de Domingos;

Domingos - escravo de Antônio José de Oliveira, 28 anos, filho da preta Maria, solteiro, brasileiro, desta vila, onde residia desde que nasceu, não sabia ler nem escrever, morava na casa de seu senhor há 8 anos, lavrador;

Ventura - preto, escravo de Damásia Joaquina da Silva, 32 anos, filho da preta Maria, solteiro, deste distrito, não sabia ler nem escrever, residia na casa de sua senhora há 12 anos, lavrador;

Bento - escravo de Manuel da Silva Pinto, 24 anos, filho da preta Bernarda, solteiro, brasileiro, de Santo Amaro, não sabia ler nem escrever, residia na casa de seu senhor há 1 ano, campeiro e lavrador;

Carlos - escravo de José Mendes da Silva,[56] filho da preta Maria, 20 e tantos anos, solteiro, embarcadiço/marítimo/marinheiro, brasileiro, de São Leopoldo, não sabia ler nem escrever, residia na casa de seu senhor há 6 anos, "quando não esta ocupado na embarcação".

Antônio - escravo de Cândido Dobril, filho da preta Joaquina, 30 anos, solteiro, brasileiro, RJ, Lavrador, não sabia ler nem escrever, residia na casa de seu senhor há 20 anos.[57] Como se pode perceber, algumas características comuns uniam os líderes da fracassada rebelião. Todos estavam na faixa etária mais valorizada em termos de mão-de-obra escrava, considerada como auge da força física e capacidade de trabalho - entre 20 e 30 anos -, ocupavam-se em atividades eminentemente rurais (lavradores/campeiros) - com exceção de Carlos que trabalhava na na-

vegação fluvial - e eram originários de Taquari ou de seus arredores, ou moravam no termo há vários anos. Pelos depoimentos, estas características comuns são reforçadas por fortes laços de amizade - solidariedade de status e gênero – e, no caso de Joaquim e Domingos, por relações de familiaridade - eram irmãos.[58]

Domingos foi o primeiro a falar, após receber alguns "laçassos" de seu senhor. Ao todo, foram arrolados como testemunhas informantes quinze escravos e quatro pretos livres, os quais confirmaram a movimentação que ocorria entre a escravaria de Taquari. Apenas os cativos Bento, Simião, João e Benedito negaram qualquer conhecimento a respeito, sendo pressionados pelas autoridades. No Auto de Perguntas de Benedito, "mandou o Juiz declarar que apesar da negativa do informante, contudo se conhecia que ele por alguma forma se negara de dizer a verdade". Já no de João, que não quis acrescentar nada além do seu total desconhecimento do levante, "mandou o Juiz declarar que se conhecia estar o interrogado em negativa por não querer comprometer aos demais".[59]

Os negros interrogados no inquérito policial serviram para que juizes e advogados tomassem conhecimento do que havia sido tramado, mas na etapa seguinte, presidida por um Juiz de Direito, sete comerciantes ou lavradores brancos testemunharam o que sabiam "por ouvir dizer" ou por terem assistido nos interrogatórios.

Alguns escravos duvidaram das possibilidades de êxito, ironizando os preparativos, e com isso tornaram-se alvo do ódio dos rebeldes. O preto Batista,[60] ao encontrar Antônio numa venda, foi convidado por este para "se aliciar com ele e outros a fim de fazerem uma reunião e passarem na Vila de Taquari, e depois irem para os castelhanos". Batista então respondeu que "em nada se metia, e que o que eles queriam eram uma corsa de laço, ao que respondeu-lhe o preto Antônio *que* ele se havia de arrepender, por que depois de eles se reunirem, os primeiros a quem matarão era ele interrogado e os que se quisessem furtar-se de os acompanhar, e que era uma lástima ele ter vestidas aquelas calça [...]".

O Promotor Público Eugênio Cardoso Malheiros, concluiu que:

> *Das diligências efetuadas se depreende que ANTÔNIO [...], DOMINGOS e JOAQUIM [...], CARLOS [...], BOAVENTURA [...] e BENTO [...] concertaram entre si para se reunirem, animados do propósito de se dirigirem à vila de Taquari, e ai assaltarem diversas casas, matando os que lhes resistissem e subtraindo o dinheiro nelas encontrado, seguindo logo depois para o Estado Oriental, onde pretendiam recuperar a liberdade. Para este fim já haviam*

convocado um avultado número de escravos, muito superior ao de vinte, que deviam aguardar a designação do dia em que a insurreição devia ser levada a efeito. Consta mais que o liberto João Marçal foi um dos mais empenhados no plano da insurreição, aliciando escravos, principalmente pelo intermédio do escravo Joaquim, com quem entretinha estreitas relações de amizade....

Deveriam ser incursos no crime de Insurreição, conforme o artigo 113 do Capítulo 4º, do Código Criminal de 1831, que determinava:

Julgar-se-ha (sic) cometido este crime reunindo-se vinte, ou mais escravos, para haverem a liberdade por meio da força.
Penas - aos cabeças - de morte no grau máximo, de galés perpétuas no médio; e por quinze anos no mínimo; - aos demais - acoites.

Como suspeitava-se da participação de um liberto - João Marçal -, que não chegou a ser indiciado, Malheiros combinava tais penas com o artigo 114:

Se os Cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerá nas mesmas penas impostas, no Artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos.[61]

O plano elaborado - que *diziam* seria executado em 23 de novembro - tinha algumas similitudes com o de Porto Alegre. A revolta começaria em um *fandango* numa chácara fora da vila, onde uma terneira seria carneada, sendo provável que nem todos seriam avisados de que se tratava de uma conspiração visando à insurreição, mas tão-somente de um encontro lúdico entre pares. Nesta "reunião de parceiros",[62] após terem convidado a escravaria das fazendas vizinhas, partiriam para tomar conta da vila, matando em primeiro lugar "[...] a seus senhores, e depois [...] os mais brancos, e mesmo os pretos que não quisessem reunir com eles".[63]

O ponto de encontro desta segunda parte do plano era o cemitério, onde pretendiam "forçar as grades [...] arrancando dali barras de ferro que tem a configuração de lanças",[64] e, deste ponto elevado, desceriam invadindo Taquari.

A idéia de ocupar a vila não era só dirigida a conseguir armamento, roupas e dinheiro, mas "escangalharem tudo",[65] causando a maior confusão possível, o que facilitaria a fuga. O plano dos cativos *discriminava personalizando* quatro pontos principais de Taquari que deviam ser

atacados: 1° - o tenente-coronel Francisco Patrício Xavier de Azambuja, Comandante do 10° Corpo da Guarda Nacional; 2° o delegado de Polícia João Ferreira Brandão;[66] 3° o tenente-coronel Albino José Pereira, Vereador e Comandante do 21° Corpo da Guarda Nacional;[67] 4° o major Fernando Augusto Maximiliano Kersting,[68] Juiz Municipal Suplente.

O esquema que mobilizaria de vinte a cinqüenta cativos mapeava com clareza os centros municipais de poder - Guarda Nacional, Polícia, Vereadores e Justiça, os quais, devidamente desorganizados, não só forneceriam "o que precisavam", mas retardaria a reação das autoridades.

O ataque à casa do tenente-coronel Patrício tinha, também, como objetivo a obtenção de fardamento de oficial, o qual seria usado pelo líder Ventura,[69] e dali então, partiriam para a campanha ou ao Estado Oriental "aonde prestariam seus serviços contra o Brasil se preciso fosse ou permaneceriam no gozo da liberdade, distribuindo entre eles o gozo do saque."[70]

Com exceção de Bento - que disse só ter tomado conhecimento do plano após a prisão -, os demais denunciaram Joaquim como o mentor do plano e o divulgador dos convites para a revolta. Joaquim em seus dois depoimentos demonstrou muita coragem, não negando sua participação no plano, mas apontou o tenente Bernardo dos Santos Praia como quem realmente havia concebido a insurreição:

> *[...] o qual declarou que havia de levantar um Batalhão de escravos para irem para a Campanha depois que se acabassem as eleições, e que depois de terem os negros passado a linha, o Tenente Praia voltava, e que havia o mesmo Praia concebido o projeto de saquear várias casas, e depois dos negros arregimentados haviam de ter um instrutor que era Bernardino Dominguinho[?]...*

No seu primeiro depoimento, na presença do delegado de Polícia Brandão e do promotor público Eugênio Pinto Cardoso Malheiros, Joaquim foi ainda mais específico na sua denúncia; disse que há um mês mais ou menos, passando pela rua das Flores, foi chamado por Bernardo dos Santos Praia,

> *[...] e este lhe dissera que se preparassem para dai há um mês mais ou menos ir com outros pretos a Casa da Câmara e algumas outras casas mais, para tirarem o dinheiro nelas existentes e seguir com este Praia para os Castelhanos; dizendo-lhe o mesmo Praia que podia falar a tal respeito com alguns outros pretos mais fiéis, de modo que não transpira-se entre os brancos; depois do que ele*

respondente, comunicou o que lhe havia dito Praia, a Domingos [...], Carlos [...], e Antônio [...] ao que estes responderam que sim, que estavam prontos para quando houvesse qualquer barulho. Disse mais ele respondente que Praia na ocasião que conversava com ele, dissera que Bernardino José Correia era aquele que tinha de ensinar-lhe e aos seus companheiros, o manejo de espada e de lança, para ficarem preparados, que tinha lugar perto do cemitério dos Alemães. Disse mais que do dinheiro subtraído havia de se fazer distribuição entre os que se tivessem levantado, de modo a que chegasse a todos[...] Acrescentou mais [...] que Praia dissera que indo eles para os Castelhanos, não voltariam mais e ficariam livres. Disse mais...que conversando com seu parceiro Domingos, este lhe dissera que estavam preparados para a insurreição alguns escravos de Albino de Freitas Travassos, entre os quais um de nome Cândido, que disse-lhe Domingos saber que não deixava de entrar no barulho, assim como os escravos Frederico, de Albano de Paula Guedes e alguns outros moradores do ri,. Lino, de João Antônio de Souza, Boaventura, de Damásia Joaquina da Conceição, Bento, que não sabe o nome do senhor, e Antônio [?] de Pedro Gomes. Disse mais [...] que praia quando lhe fizera o convite dissera que havia muito armamento preparada em casa de José Russo, e nas colônias da Estrela. Disse mais, que há dias andava fugido da casa de seu senhor, por causa de uma sova que havia levado e que nesse tempo esteve em casa de Manuel da Fazenda, aonde o filho do mesmo deu-lhe um escrito a entregar a seu senhor, para que o desculpa-se, ao que ele respondente não anuiu....

O tenente Praia era bem conhecido na cidade. Nascido em Triunfo, com 49 anos, filho de Antônio dos Santos Praia e Ana dos Santos Praia, era o Coletor das Rendas Provinciais da Vila de Taquari, e tenente quartel-mestre do 10º Corpo de Guardas Nacionais. [71] Acareados, Joaquim sustentou a acusação e Praia disse que nada sabia e que nem conhecia o cativo.

A palavra de um escravo não sensibilizou minimamente os juízes para a participação de um branco por trás deste plano, sendo que o seu nome realmente não apareceu em nenhum dos outros depoimentos. Ficanos uma possibilidade de que Praia tivesse o projeto não de liderar ou estimular uma insurreição, mas tumultuar o período eleitoral, e que seu plano acabou sendo *assumido* por Joaquim, que tratou de levá-lo adiante. Um dos escravos que receberam o convite, o preto Adão, depôs que Joaquim o havia informado que "a guerra nos castelhanos estava muito

forte", informação esta que talvez Praia tenha dado a Joaquim inadvertidamente, fornecendo assim informações sobre o andamento do conflito e das possibilidades que ele abria para seus sonhos de liberdade.

Joaquim, Domingos, Bento e Carlos foram condenados unanimemente pelos jurados, que decidiram que eles haviam combinado entre si o levante para "obterem a liberdade através da força". Joaquim foi considerado o "principal cabeça", pois os demais tiveram sua pena diminuída pela circunstância atenuante de não terem pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar.

Pela última parte da disposição do artigo 113 do Código Criminal, Joaquim recebeu 150 açoites e os demais 75, sendo depois entregues a seus respectivos senhores, que se obrigaram a mantê-los com ferro ao pescoço por 2 meses, além de pagarem as custas. O carcereiro, em 18 de maio de 1865, expediu um atestado comprovando a aplicação dos castigos, distribuídos em três dias.

Antônio, filho da preta Joaquina, e que nos depoimentos mostrou-se contraditório em dizer a sua idade e local de nascimento, foi absolvido. Seu proprietário, Cândido Dobril, apresentou seis testemunhas que afirmaram que seu cativo era acostumado a embriagar-se sempre que ia a Vila, que não era turbulento, que nunca havia sido acusado de algum crime e que era um "preto idiota - ou um tanto - gira - como vulgarmente se diz."

A historiografia sobre a escravidão certamente foi uma das que mais se desenvolveram no Brasil nos últimos anos. Intensas discussões foram travadas sobre a coisificação dos cativos, sua resistência, sua sociabilidade, estrutura familiar possível, etc. Muito se debateu sobre a interiorização por parte do cativo dos modelos de submissão almejados pelos senhores, e também sobre as maneiras que estes tinham de romper tal cadeia de passividade. Os historiadores chegaram a um contraponto radical entre a negociação diária entre escravos e senhores - que segundo alguns autores traria de volta a visão de um cativeiro benigno - e os rompimentos frontais através de quilombos, assassinato de senhores e revoltas. Segundo o próprio Domingos, teria dito ao pardo João [72], o que teria motivado a conspiração insurrecional:

> *[...] que por causa de uma patrulha que foi posta nos subúrbios desta vila, para obstar os passeios e mesmo alguns furtos e queima de casa, que têm aparecido, ele ia ajuntar uma porção de parceiros para virem acampar no alto do Cemitério, e dai atacar esta vila para dar muita bordoada e é provável que matar o que pudesse.*

Também o campeiro Serino,[73] que declarou ter demonstrado oposição ao levante por achar que era uma "*loucura*", disse que o motivo de terem projetado "semelhante atentado" era por uma patrulha que o Subdelegado Vila Nova[74] "tinha posto nos subúrbios desta vila, para obstar os passeios que costumavam fazer os mesmos pretos."

Os passeios costumeiros desses pretos eram vitórias cotidianas duramente conquistadas, e não podem ser menosprezados. Ao perceberem a imposição de limites aos seus passeios, estes escravos decidiram abandonar uma estratégia de resistência "passiva" a desumanização do escravismo e passaram aos planos de insubordinação aberta. Assim, percebemos que revolta e negociação cotidiana não são planos antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos. No caso, a Guerra do Paraguai criou um quadro *favorável* para insurreições, que em outros momentos pareceriam formas de suicídio coletivo, ou mesmo simplesmente teriam sido descartadas enquanto planos de ação pelos cativos.[75]

CONCLUSÃO

J. J. Reis no seu livro *A morte é uma festa*, trabalha com os sentimentos religiosos, abordando uma revolta contra um cemitério ocorrida em Salvador, em 25 de outubro de 1836, um dia antes de começar a vigorar uma lei proibindo o tradicional enterro em igrejas. Usando a noção de imaginário coletivo,[76] Reis fala de uma tradição que remonta à colônia, onde se misturavam "religiosidade popular, festa e sexualidade".

A Cemiteriada demonstra, segundo o autor, um *conflito de mentalidades*[77] entre tradicionais visões da morte - onde o enterro em igrejas mantinha o falecido próximo aos seus entes queridos - e uma "nova": a visão médica que associava as emanações provindas da decomposição dos corpos (os miasmas) às doenças.

> *Na religião das Irmandades - que médicos e agora bispos consideravam impregnada de superstição -, vivos, mortos e santos participavam de uma família ritual que devia permanecer unida. Essa visão mais orgânica do espaço sagrado era parte de uma visão de mundo e do sobrenatural em que os mortos tinham algo de divino. Nas capelas das Irmandades se rezava tanto pelos mortos como para os mortos. Os mortos participavam da resolução dos proble-*

mas dos vivos tanto quando Deus e os santos, mesmo se com pesos e medidas diferentes. E, assim como na relação com os santos, os vivos deviam zelar por seus mortos para fortalecê-los. Isto significava, entre outras coisas, garantir-lhes um lugar ritualmente próximo dos seres divinos. Zelar pelos mortos também significava zelar pelo próprio destino dos vivos. A sepultura eclesiástica era, se não uma garantia, pelo menos uma condição de salvação, e isso interessava vivamente aos mortais baianos.[78]

Baseado em documentos da época - petições, jornais -, Reis descreve o levante como pluriclassista e multiracial: "Dele participaram do visconde ao escravo, todos na defesa de uma visão tradicional da morte".[79] Entretanto, ao chamar a atenção para essa visão tradicional coletiva, o autor não homogeneiza o imaginário religioso da época. O cativo e o nobre, apesar de irmanados neste conflito, possuíam leituras (representações) diferentes sobre os enterros, e agiram baseados em motivações diferentes:

...[o visconde de Pirajá]...tinha interesses senhoriais a defender: o jazigo de sua família em São Francisco era símbolo de continuidade dos privilégios aristocráticos que representava, e da esperança de vê-los reproduzidos no além. O escravo tinha razões, digamos, igualitárias para defender a tradição: seu lugar numa cova de irmandade significava a oportunidade de um melhor lugar no outro mundo, depois de haver ocupado o último lugar neste.[80]

O mesmo percebemos com relação à fronteira, zona carregada de simbolismo e, como vimos ao longo do trabalho, tratada (ou melhor, lida) de forma diversa pelos diferentes agentes sociais - escravos e proprietários, principalmente.

Talvez tenha ocorrido uma superposição das crenças dos interrogadores às declarações dos envolvidos, com a idéia de fronteira sendo impressa nos planos dos revoltosos após a descoberta dos planos de insurreição. Mas, se limitarmos nossa análise a isso, correremos o risco de perceber lógica e racionalidade apenas nos planos das elites e de seus mecanismos de controle, contemplando os populares com o rótulo de voluntariosos, envolvidos em planos caracterizados pela espontâneidade e cujos objetivos não passavam de espantosas e inatingíveis quimeras.

Numa zona de fronteira como o Rio Grande do Sul, congregavam-se sobrepondo-se dois medos: o do estrangeiro e o da escravaria. As expectativas imperialistas na região do Prata, ao mesmo tempo que excita-

vam os proprietários locais com as novas terras, ameaçavam o domínio local com as alternativas de fugas abertas pelos conflitos internacionais. Vivia-se numa precária tranqüilidade, entremeada de épocas de completa insegurança.

> *...não só os indivíduos tomados isoladamente mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidos num diálogo permanente com o medo.*[81]

As documentações oficiais trabalhadas apresentam discursos variados, já que voltados a públicos distintos. Nas trocas de informações verificadas nas correspondências entre os delegados e o Chefe de Polícia, percebemos refletidos os pavores íntimos das elites e seus encarregados; já nos Relatórios dos Presidentes da Província apresentados à Assembléia Legislativa Provincial, as informações são racionadas e filtradas para evitar o pânico e não deixar transparecer que as autoridades não tinham tanto controle como gostariam de ter sobre os subalternos.

Nas representações sobre a fronteira, verificadas em um "caso-limite" como a Guerra do Paraguai, percebemos como as referências simbólicas - encontradas nos textos dos depoimentos e interpretadas através das práticas dos cativos - são importantes para a constituição das identidades, sejam elas nacionais, classistas ou étnicas. As referências simbólicas assinalam os indivíduos que pertencem a um determinado grupo, apontando seus antagonistas e os potenciais aliados - mesmo que ocasionais -, tomando como base as tradições históricas e as utopias.

> *Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças [...] O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças.*[82]

Assim, conforme Baczko, o imaginário *informa*, *estimula* e *determina* a ação.

A fronteira era uma área percebida de forma diferente pelos diversos grupos sociais, de acordo com suas expectativas e desejos. Para uns

era o local do contrabando, da passagem ilegal de tropas, da fuga à justiça do Império. Para os cativos, optamos classificar esta zona como próxima à utopia, ou seja, como uma representação com os limites imprecisos de uma sociedade possível, diferente, associada à liberdade.[83] Abreviaturas AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ABREVIATURAS

APRGS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CGRS - Correspondência dos Governantes
MCSHC - Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa Bibliografia Albeche, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho: história e mistificação.* Porto Alegre: PUC/RS, 1995. (Dissertação de Mestrado)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, Célia Azevedo. *Onda negra, medo branco.* São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

Baczko, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi.* Ed. Portuguesa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986. v.5. Antropos Homem.

Bourdieu, Pierre. A força da representação. In: *A economia das trocas lingüísticas.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

Buschnell, David. *Reform and reaction in the Platine Provincies, 1810-1852.* Gainesville: University Presses of Florida, 1983.

Chartier, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados.* São Paulo, USP, v.11, n.5, Jan-abr. 1991.

Delumeau, Jean. *História do medo no Ocidente. 1300-1800.* São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Faria, Octavio Augusto de. *Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul.* IIª edição, Porto Alegre; Santa Maria: Livraria do Globo, 1914.

Franco, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio.* Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

_____. *Porto Alegre. Guia histórico.* Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992.

Freitas, Décio. *O capitalismo pastoril.* Porto Alegre: EST, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950.* Porto Alegre, 1981.

Genovese, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas.* São Paulo: Global, 1983.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda, Volumes 22, 25 e 30, 1960.

Heichel, Heloísa. *Contribuição para o estudo da formação social capitalista na América Latina. O caso da campanha de Buenos Aires, 1830-1840.* São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (tese de doutorado)

Kühn, Fábio. *O Projeto Reformados da Diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (17801815).* Porto Alegre, UFRGS, 1996. (Dissertação de Mestrado)

Laytano, Dante. *Folclore do Rio Grande do Sul.* Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre, EST/Martins Livreiro, 1984.

_____. Os africanismos no dialeto gaúcho. *Revista do IHGRS.* Ano XVI, 1936.

Linch, John. *Juan Manuel de Rosas. 1829-1852.* Buenos Aires: EMECÉ Ed., 1984.

Macedo, Riopardense de. *Porto Alegre, história e vida da cidade.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1973.

Maestri Fº, Mário. *O escravo gaúcho.* Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

Pesavento, Sandra J. Em Busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, n. 29, 1994.

Reis. João José. *A morte é uma festa.* São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

Silva, Riograndino da Costa e. *São José de Taquari.* Porto Alegre: Flama, 1972.

NOTAS

1. Este trabalho foi apresentado na Cadeira de Estudos Avançados - História Cultural ministrada pela professora doutora Sandra Jatahy Pesavento, do Curso de Pós-Graduação em História - nível doutorado -, da UFRGS.
2. Bourdieu, 1996, p.110.
3. Kühn, 1996, p.87.
4. Albeche, 1995, p. 21.
5. AHRS - Delegacia de Polícia, maço 16. Ofício de 18/9/1880. O Redator do Quarahy chamava-se Eustáquio de Bittencourt.
6. Delumeau, 1989, p.165.
7. Delumeau, 1989, p.155. Parece haver, no livro de Delumeau sobre o medo, uma distinção entre imaginário e mentalidades; dá a impressão de que o imaginário encontra expressão nos instrumentais menos explícitos e claros, por exemplo, na ideologia milenarista, a qual "em particular em sua versão violenta, era uma resposta radicalmente tranquilizadora à angústia de pessoas que se sentiam rejeitadas pela sociedade e viviam no temor de perder toda identidade. Assim, procuravam *refugiar*-se no imaginário: o que lhes era permitido pelos sonhos apocalípticos a que o cisterciense calabrês Joaquim de Fiora (+ 1202) dera um novo impulso". (1989, p.162). Quando o

autor trata do "sentimento de insegurança", ele considera que "muitas vezes era mais vivido do que claramente consciente"(1989, p.165)

8. Baczko, 1986, p.301.
9. Baczko, 1986, p.367
10. Baczko, 1986, p.348.
11. Sobre a captura de desertores por Capitães de Mato, ver: jornal *Correio do Sul*, 22/1/1860, n. 18, ano XI - MCSHC -, e ofício do Presidente da Província ao Chefe de Polícia, de 9/11/1871 - AHRS - CGRS, maço 112.
12. AHRS - Delegacia de Polícia, maço 25; AHRS - Relatório do Presidente da Província, A.7.10; AHRS - Inquéritos Policiais, maço 4, 14/9/1873.
13. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 3.
14. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 8.
15. Azevedo, 1987, p.31.
16. AHRS - Subdelegacia de Polícia, maço 1.
17. AHRS - Delegacia de Polícia, maço 7.
18. AHRS - Subdelegacia de Polícia, maço 7.
19. AHRS - Correspondência dos Governantes, maço 110.
20. AHRS - Delegado de Polícia, maço 27, 6/11/1870.
21. Maestri, 1984, p.73.
22. Genovese, 1983, p.40.
23. Azara, In: Freitas, 1980, p.69/70.
24. Genovese, 1983, p.40.
25. Saint-Hilaire, 1973, p.32. Ver Maestri, 1984, p.73.
26. Carta de Southern a Palmerston - 28 de julho de 1851, In: Lynch, 1984, p.121.
27. Lynch, 1984, p.49.
28. Heichel,1989, p.190.
29. Buschnell, 1983, p.146.
30. Lynch, 1984, p.111.
31. Ramos Mejia, 1907, p.218.
32. Ramos Mejia, 1907, p.218.
33. Ramos Mejia, 1902, p.221.
34. Bushnell, 1983, p.149.
35. AHRS - Polícia - Delegacia de Polícia, maço 17.
36. AHRS - Polícia - Subdelegacia de Polícia, maço 6. Ver a respeito a relação de 43 escravos fugidos - pertencentes a 15 senhores de Pelotas -, que aproveitaram a Guerra Civil Farroupilha para se bandearam para o lado Oriental (AHRS - Delegacia de Polícia, 1848, maço 10). Existem outras listas no AHRS - Fundo Estatística, maço 1.
37. MCSHC - *O Comércio*, 13/3/1848; *Mercantil*, 20.03.1863; *Correio do Sul*, 21/11/1857 -. Dante de Laytano em trabalho publicado em 1936, considerou os negros como um "veículo do desenvolvimento lingüístico", responsáveis em boa parte pelos "castelhanismos" existentes em nosso vocabulário. Segundo ele, o "dialeto gaúcho" recebeu a contribuição não só luso-africana ou afro-brasileira, mas também hispano-africana ou afro-platense.

(1936, p.174/176).

38. AHRS - Relatórios dos Presidentes da Província, A.7.20 - 1887.
39. Laytano, 1984, p.321.
40. Franco, 1983, p.55.
41. Uma "descrição" desta festa pode ser encontrada no Processo criminal número 1410, maço 53 - APRGS, numa luta entre policiais e soldados, em 24 de maio de 1880.
42. Porto trabalhava com couros. Em 1849, 1850, 1851 ele pediu licença ao Chefe de Polícia para despachar do brigue Empreendedor que vinha do RJ, pipas de "preservativos" ou venenos para preservar couro. (AHRS - Requerimentos, maços 89, 90, 91). Em 1869 Porto pediu uma licença para ir à Corte, na condição de Tenente-coronel Comandante do 1o. Batalhão de Guardas Nacionais de Reserva. (AHRS - Requerimentos, maço 141).
43. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 11.
44. Franco, 1992, p.272; Macedo, 1973, p.192.
45. "Correia que se aperta à cinta e donde pende a espada", boldrié. (Grande Enciclopédia, 1960, p.595, v. 30).
46. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 8. No ano anterior, os cativos da Aldeia dos Anjos também já haviam premeditado uma revolta para o Dia do Espírito Santo, seu fracasso levou-os a uma fuga desesperada para os matos da região, de onde um dos envolvidos serviria de "vaqueano" levando-os para o "outro lado da linha" junto aos Castelhanos (APRGS - Cartório Júri - Maço 35 - Processo 1060).
47. "Peça de artilharia que gira acompanhando no seu movimento a boca de fogo, para que esta fique em posição conveniente". (Grande Enciclopédia, 1960, p.889, v.25).
48. AHRS - Códice da Polícia nº 248, junho de 1868.
49. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 11, ofício de 27/6/68.
50. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 12 - Ofício 680 (28/8/1868), do Chefe de Polícia Interino Luiz de José de Sampaio, ao Presidente da Província.
51. APRGS - Livro de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Porto Alegre, número 19, folha 195.
52. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 8, Ofício nº 644, de 19/11/64.
53. FEE, 1981, p.71/72.
54. AHRS - Secretaria de Polícia, maço 8, Ofício nº 646, de 21/11/64.
55. APRGS - Cartório Cível e Crime, 1865, Tribunal do Júri, Nº 2116, Maço 28.
56. José Mendes da Silva, casado, 62 anos, do Porto, vive de seu negócio.
57. Em um segundo depoimento, Antônio disse que não sabia a idade e que havia nascido na Costa da África.
58. Existe a possibilidade de que Ventura e Carlos também fossem irmãos de Joaquim e Domingos, mas nossa única pista a respeito é a referência ao mesmo nome da mãe - Maria -.
59. Bento era escravo de Manuel Pinto da Silva, 26 anos, filho da preta Bernar-

da, de Santo Amaro, Campeiro: Simião era escravo de Antônio Batista da Costa, 36 anos, filho da preta Florinda, de Santo Amaro, lavrador; João, preto, 24 anos, solteiro, de Porto Alegre, filho da preta Joaquina, lavrador; e Benedito era escravo de Sezefredo da Costa Leite, 18 anos, solteiro, filho da preta Joaquina, de Taquari, lavrador. Bento e Simião talvez tenham sido interrogados apenas para que as autoridades verificassem as ramificações da rebelião em localidades vizinhas.

60. 30 anos, solteiro, filho da preta Angélica, de Triunfo, Lavrador.
61. AHRS - Códice de Legislação, nº 48.
62. Depoimentos de Fortuna, escravo de Maria André, e Miguel, 15 anos, escravo de José Fernandes da Cunha, filho da preta Maria, de Taquari, Lavrador.
63. Depoimentos de Boaventura, preto, escravo de Damásia Joaquina da Silva, 23 anos, solteiro, filho da preta Maria, de Taquari, Lavrador, e Domingos, preto, escravo de Antônio Caetano de Oliveira, 28 anos, solteiro, filho da preta Maria, de Taquari, Lavrador.
64. Depoimento de Afonso Luiz Esteves, solteiro, 21 anos, de Rio Pado, morador em Taquari, proprietário de uma Casa de Comércio.
65. Depoimento do crioulo Pedro, escravo de Francisco Luiz da Silva, 20 anos, filho da preta Cândida, de Taquari, Lavrador.
66. Delegado de Polícia até meados de 1866, quando pediu sua demissão, sendo substituído pelo major Kersting (AHRS - Requerimentos, Polícia, 1866, maço 131). Vereador entre 1865/1867; Juiz Municipal em 1856.
67. Vereador de 1853 a 1869. Silva, 1972, p.163. AHRS - Guarda Nacional, maço 102.
68. Delegado de Polícia do termo em 1867, - Juiz Municipal e Órfãos de Taquari entre 1866/1868. AHRS - Justiça, maço 100.
69. Depoimento de José Rodrigues dos Santos, 34 anos, casado, natural e morador de Taquari, proprietário de uma casa de comércio.
70. Depoimento de Silvério José Marques, casado, 59 anos, natural e morador de Taquari, vivia de sua lavoura.
71. No mesmo ano - 1865 -, Praia conseguiu sua transferência para a reserva, escapando assim a marcha de seu corpo para a campanha, alegando ter 51 anos e várias enfermidades. AHRS - Requerimentos, maço 118, Guarda Nacional.
72. 20 anos, solteiro, filho da preta Eva, de Taquari, lavrador, escravo de Isidoro Teixeira Santiago.
73. Preto, escravo de Albano de Paula Guedes, 40 anos, filho da preta Maria, de São Jerônimo, Campeiro.
74. Trata-se de José de Azambuja Vila Nova, nascido em Triunfo, 49 anos, vivia das rendas de sua fazenda. Vereador na legislatura 1865/1867.
75. O escravo Martinho, em 1868, tentou assassinar seu senhor Urbano Correia de Melo em Porto Alegre, quando este quis impor obstáculos ao *costume* que tinha de liberação ao cativos dos domingos e dias santos (APRGS -

Júri - Processo 1176, maço 40). Na tentativa de insurreição dos escravos na Aldeia dos Anjos e distrito do Pinhal, em 1863, o dia de conversas entre os negros e de passeio entre as fazendas para tratar da sedição era sempre o domingo, mostrando que este hábito não estava limitado às áreas urbanas.

76. Reis, 1991, p.60.
77. Reis, 1991, p.288.
78. Reis, 1991, p.317. Para um estudo sobre a questão dos enterros no Rio Grande do Sul, ver Kuhn, 1996.
79. Reis, 1991, p.330.
80. Reis, 1991, p.330.
81. Delumeau, 1989, p.12.
82. Baczko, 1986, p.311.
83. Bronislaw Baczko, aborda a Utopia de Thomas Moros como: "Paradigma específico do imaginário social, representação de uma sociedade radicalmente outra, situada no algures, definido por um espaço-tempo imaginário; representação que se opõe à da sociedade real, existente hic et nunc, bem como aos seus males e vícios." (1986, p.342)